

A subsunção do valor de uso: Uma hipótese sobre o lugar da técnica na crítica da economia política de Marx¹

The subsumption of use-value: A hypothesis about the place of technics in Marx's critique of political economy

Luiz Philipe de Caux
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
luizphilipedecaux@gmail.com

Resumo: O artigo propõe um fio condutor para a abordagem do problema da técnica na crítica da economia política de Marx e, ao mesmo tempo, para a determinação da relação entre técnica e economia sob o capitalismo. Localizando na noção de valor de uso o ponto de apoio que permite esboçar um tratamento da questão, avança-se a hipótese de que o processo de subsunção real do trabalho sob o capital também pode ser pensado de modo expandido a respeito do valor de uso. Isso é possível a partir de uma leitura transversal do duplo caráter da mercadoria (valor e valor de uso) a partir de categorias teleológicas (meios e fins). O objetivo, aqui apenas programaticamente indicado, é a formulação de uma crítica categorial da técnica que permita lidar teoricamente com os desafios dos colapsos econômico e climático do capitalismo tecnologicamente avançado.

Palavras-chave: Marx; valor de uso; valor; técnica.

Abstract: The article proposes a guiding thread for addressing the problem of technics and technology in Marx's critique of political economy and, simultaneously, for determining the relationship between technics and economy under capitalism. Locating the pivot point that allows us to outline a treatment of the issue in the notion of use-value, we advance the hypothesis that the process of real subsumption of labor under capital can also be thought of in an expanded way with respect to use-value. This is possible from a transversal reading of the commodity's dual character (value and use-value) with teleological categories (means and ends). The aim, which is only indicated here programmatically, is to formulate a categorial critique of technics and technology that allows us to deal theoretically with the challenges of the economic and climatic collapse of technologically advanced capitalism.

Keywords: Marx; use-value; value; technics.

¹ Este trabalho contou com o apoio da FAPERJ (Proc. N.º 200.139/2023).

Recebido em 08 de maio de 2024. Aceito em 20 de setembro de 2024.

O complexo de problemas ao redor da técnica enquanto tal não foi objeto de nenhuma espécie de teoria autônoma por parte de Marx. Ao contrário, suas observações difusas e contraditórias sobre a questão ao longo das quatro décadas de sua lavra teórica permitiram que se cristalizassem historicamente interpretações divergentes, por vezes mesmo antagônicas. Por boas razões, a crítica da técnica sempre foi vista pelo marxismo como assunto de reacionários e românticos que, acertando apenas no epifenômeno, mas não naquilo que o engendra, acaba servindo a alguma ideologia que alie os valores de um mundo tradicional e pré-industrial à intocada estrutura social capitalista. Assim, “como categoria da crítica da economia política, a técnica (...) vive uma existência nas sombras, ou, por precaução, é definida como algo de fora de sua alcada” (GIEST, 2016, p. 27). Apresentarei neste artigo a hipótese, a ser desdobrada mais tarde com a devida extensão, de que é possível esboçar uma abordagem categorial da técnica sob o capitalismo (para não falar nesse momento, de modo mais ambicioso, de uma *técnica capitalista*) partindo de determinações implícitas na noção marxiana de um duplo caráter da mercadoria e do significado do processo conceituado por Marx como subsunção real para a configuração daquele caráter díplice. Após determinar preliminarmente este duplo caráter, isto é, a característica da mercadoria de ser ao mesmo tempo e contraditoriamente valor e valor de uso, atravessarei alguns dos manuscritos prévios de elaboração da crítica da economia política, dos *Grundrisse* até o texto publicado do *Capital*, examinando a transformação sofrida por aquela relação contraditória com o processo de subsunção real. Em conclusão, retornarei ao duplo caráter da mercadoria para tentar explicitar como nele se encontra já uma teoria da relação entre meios e fins no modo de produção capitalista. Nessa argumentação, vou me apoiar em larga medida, mesmo quando não os cito, em um conjunto de trabalhos alemães das décadas de 1960 e 70 – sobretudo de H.-J. Krahl, S. Breuer, H.-D. Bahr e W. Pohrt e H. König, todos se opondo à noção, também encontrada em Marx, de que os artefatos técnicos produzidos sob o capitalismo apenas precisariam se emancipar de seus *usos* capitalistas, como se o uso lhes fosse externo. Tal como aqueles da assim chamada Nova Leitura de Marx, eles reverberaram as consequências da dialética negativa adorniana para uma interpretação da crítica da econômica política, assumindo, porém, o ponto de partida de uma análise da forma-valor e expandindo-a para outros escopos, particularmente, aqui, ao problema da técnica como herdado do último Marcuse – que, por sua vez, o recebia de um outro afluente, a saber, a fenomenologia. Esboça-se assim um projeto de crítica radical da técnica que, todavia, evita correr o risco de um “deslocamento da crítica das relações de produção à crítica dos meios de produção” (Breuer, 1977, p. 190).

I

Uma determinação comum da técnica, pela qual é preciso começar, é a de que ela é o domínio dos meios adequados para a produção de fins (“técnica como építome dos meios” [Hubig, 2002, p. 6]). Ora, entre algumas outras coisas, é também dessa relação entre meios e fins que se trata na dupla determinação de valor e valor de uso da mercadoria estabelecida por Marx.

A mercadoria tem ou é valor de uso na medida em que é, como o nome diz, uma coisa dotada de utilidade (MEW 23, p. 50), isto é, uma coisa que, “por meio de suas propriedades, satisfaz carências humanas de que tipo seja” (MEW 23, p. 49). Em outras palavras, um valor de uso é um *meio* para satisfazer essas carências, e ele é produzido de modo tal *para que* tenha as propriedades necessárias para essa satisfação. Que o fim a que estes meios sirvam seja a satisfação de carências, não deve enganar: podem ser carências do “estômago ou da imaginação”, isto é, as mais brutais carências corporais ou as mais etéreas carências do espírito; além disso, essas carências podem se relacionar com os meios de modo direto (como “meio de subsistência”, ou, mais sugestivamente em alemão, *Lebensmittel*, “meio de vida”)² ou de modo indireto (como “meio de produção”). Meios de produção podem ser meios para a produção de outros meios de produção ou para a produção de meios de vida. Em outras palavras, valores de uso podem ser meios para

² A ideia ressoa ainda na palavra do português “víveres”, mas perde-se a noção de que se trata de um *meio*.

fins que se apresentam para nós como imediatos ou últimos (consumo) ou meios para fins que ainda são por excelência meios (até que, na ponta, sejam, por fim, meios para fins que se apresentam como imediatos ou últimos). Portanto, é determinante do valor de uso o que Marx chama de “corpo da mercadoria”, suas propriedades físicas que a tornam útil. Ainda que ele “expresse a relação natural entre coisas e pessoas, de fato a existência das coisas para as pessoas” (MEW 26.3, p. 291), suas propriedades são a cada vez muitas e nunca dadas de uma vez por todas (“descobrir os múltiplos modos de uso das coisas é um ato histórico” [MEW 23, p. 50]). Os valores de uso são sempre o “conteúdo material” da riqueza, como quer que ela apareça, em distintas formações sociais – ou, em outras palavras, qualquer que seja a sua determinação de forma.

Não basta, todavia, o valor de uso para que algo seja caracterizado como uma mercadoria. A mercadoria é um valor de uso produzido para outrem, isto é, para ser trocado. O que permite que ela seja trocada de modo não arbitrário é o fato de ser portadora de valor. O valor é o que possibilita a comparação e a equivalência entre quantidades de mercadorias trocadas. Sendo incomensuráveis em suas respectivas utilidades, as mercadorias só podem ser mutuamente avaliadas abstraindo-se de seu valor de uso, e, nessa abstração, o que delas resta como nota comum é tão somente serem “produtos do trabalho” (MEW 23, p. 52). É o tempo de trabalho socialmente necessário (em termos da produtividade social média de um momento histórico) para produção de uma mercadoria que oferece a medida quantitativa objetiva e determinante das proporções da troca.

Mercadorias não são, portanto, os elementos básicos de toda forma de riqueza possível nem mesmo de toda forma de riqueza até hoje existente, mas sim entes específicos da “ontologia histórica” capitalista. Não que em outros modos de produção produtos do trabalho dotados de utilidade não tenham sido trocados ou não tenham sido consumidos por uma pessoa diferente daquela que os produziu – eles apenas não foram produzidos *para* isso, ou seja, com essa finalidade, ou ao menos não no interior de uma mesma comunidade sócio-política. Ou seja, uma mercadoria é um valor de uso que não é produzido para seu uso. Ainda em outras palavras, para deixar mais claro: *uma mercadoria é um meio para um fim, mas que é produzido para outro fim que o seu “próprio”*.

Com seu rigor analítico, Aristóteles, nesse ponto elogiado por Marx, já havia cravado essa distinção em termos teleológicos, isto é, em termos de relação entre meios e fins:

Tudo o que possuímos tem um duplo uso, mas não no mesmo sentido; um dos usos é adequado ao objeto, o outro não. (...) Uma sandália tem dois modos de uso: como calçado e como objeto de troca. Ambos são modos de utilização da sandália; aquele que troca uma sandália por dinheiro ou alimento com alguém que dela necessita, faz uso da sandália como sandália, mas não faz o uso próprio da coisa; é que esta não existe para ser trocada.” (ARISTÓTELES, 2009, p. 77, 1257a)

Note-se, com Aristóteles, que neste ponto está absolutamente correto: a oposição entre troca e uso não é a oposição de dois gêneros, mas de duas espécies de um mesmo gênero.³ Uso e troca são ambos usos, mas de modo assimétrico. Um deles é o uso propriamente falando, o outro, um uso impróprio. Quando Aristóteles diz que a sandália não existe para ser trocada, não quer dizer que a sandália não pode ou não deve ser trocada, mas sim que sua causa final, que põe sua existência conjuntamente às suas três demais causas, não é a troca, mas o uso como calçado, e, todavia, ela também recebe este uso “impróprio”, que só pode acontecer em dependência da causa final constitutiva da coisa. A troca, por definição, parece não poder ser, para Aristóteles, causa final da produção de um objeto, pois ela é necessariamente meio para adquirir um objeto que satisfaz carências (a finalidade da troca parece ser necessariamente subordinada a outra finalidade ulterior, o uso “propriamente dito”).

³ Igualmente, Marx: “Sua mercadoria [do possuidor de mercadorias] não tem para ele qualquer valor de uso imediato. Caso contrário, ele não a levaria para o mercado. Ela tem valor de uso para outro. Para ele, ela tem imediatamente apenas o valor de uso de ser portadora de valor de troca e, portanto, meio de troca” (MEW 23, p. 100).

Ocorre que algo se modifica na configuração mesma dos objetos de uso quando essa relação de subordinação finalística se inverte, e ela se inverte de modo efetivo (isto é, se põe sobre seus próprios pés, passando a produzir a si própria) não simplesmente com a simples emergência do modo de produção capitalista, mas com sua consolidação após o que Marx chamou de o momento lógico da subsunção real do trabalho sob o capital, correspondente historicamente à emergência da grande indústria. Se antes dela, os valores de uso ainda podiam apresentar-se como “extraeconômicos”, apropriados apenas exteriormente pelo modo de produção (ou ainda, tendo seu uso como autossustentante e independente da troca), a partir dela, a finalidade da troca não apenas se emancipa da finalidade do uso, mas a domina, invertendo a relação de subordinação finalística. Isso significa que agora o próprio valor de uso adquiriu a determinação formal (*Formbestimmung*) a partir do valor e não é mais um elemento extraeconômico. Por isso, já no tratamento do processo de troca no segundo capítulo do *Capital*, que pressupõe, na exposição, o sistema lógico do valor completo e acabado, Marx fala já – a respeito do valor do uso do dinheiro, mas a tese pode ser estendida a todo valor de uso – de uma “duplicação do valor de uso”, pois, ao lado de seu “valor de uso particular como mercadoria”, emerge também, para a mesma mercadoria, um “valor de uso formal que corresponde às suas funções sociais específicas” (MEW 23, p. 104, grifo meu). O valor de uso não é um dado da natureza – o que ele, de fato, nunca fora –, mas sim uma determinação formal do capital. As implicações disso são de longuissimo alcance. Sintetizando, podemos dizer que, sob o capital, não é mais o caso que trocamos para usar, mas que usamos o que usamos para que a troca (e, com ela, a continuidade da produção, i.e., a reprodução ampliada do capital, a autovalorização do valor) aconteça. Isso significa que, quando usamos uma mercadoria, nossa volição, nossa representação do que queremos estar fazendo, não coincide em toda a sua extensão com o que de fato o nosso fazer faz. Mais do que isso: a parcela do que estamos fazendo que nos escapa à representação volitiva é em grande medida determinante daquela que de fato representamos.⁴ É toda a ideia de fetichismo que pode se descontinar a partir dessa chave. É antes o objeto que “quer” algo, i.e., que põe sua finalidade para nós enquanto meio para ele, e isso não apenas enquanto trabalhadores, como o próprio Marx dissera expressamente (MEW 23, p. 445 s.), mas também como consumidores, quando mais propriamente somos nós que “usamos” algo. O objeto que nos usa, por sua vez, é igualmente meio para o fim em si mesmo da acumulação do capital, este sim, fim de si mesmo.

II

Na primeira tentativa publicada de formulação de seu projeto de maturidade teórica, o texto de 1859 de *Para a crítica da economia política*, Marx define, no primeiro capítulo:

Ser valor de uso parece ser um pressuposto necessário para a mercadoria, mas ser mercadoria parece ser uma determinação indiferente para o valor de uso. O valor de uso, nessa indiferença em relação à sua determinação formal econômica, i.e., o valor de uso enquanto valor de uso, está para além do escopo de consideração da economia política. Ele só recai em seu escopo lá onde ele mesmo é determinação formal. De modo imediato, ele é a base material na qual se apresenta uma determinada relação econômica, o valor de troca. (MEW 13, p. 16)

Como bem reconstruído por Rosdolsky, em um artigo de 1959 (exatos cem anos, portanto, depois daquela passagem de Marx) incorporado em 1968 a seu *Gênese e Estrutura do Capital de Marx*, essa passagem de Marx, entre outras, inspirou vários de seus intérpretes, como por exemplo Hilferding, a

⁴ Em termos semelhantes, Jean-Marie Vincent: “O trabalho, diz Marx, assume a forma de valor, o que significa que não é como uma atividade teleológica primária que ele é socialmente sancionado. O trabalho de cada um, como parte integrante do trabalho social, tem como fim essencial a reprodução ampliada do capital, ou seja, um fim que é exterior aos fins ou às volições dos indivíduos e, para isso, utiliza meios possuídos pelo capital que transcendem ou ultrapassam as capacidades e habilidades individuais” (Vincent, 1987, p. 65). Aqui, sustento que não apenas no trabalho, mas também no consumo o mesmo ocorre. Não apenas o trabalho, mas também o consumo é atividade orientada a fins, e, enquanto tal, está predisposto a concatenar-se em uma corrente teleológica em que fins são meios para fins ulteriores. No consumo, o meu uso da mercadoria (isto é, a finalidade subjetiva visada com o consumo da mercadoria) tem ele próprio um outro uso exterior ao meu uso, a saber, o “uso” da extração de mais-valor ou, mais propriamente falando, da sua possibilidade em um nível sistêmico.

entender da seguinte forma as determinações do valor de uso: independente das relações sociais nas quais ele é incorporado, o valor de uso seria um objeto da natureza, determinado exclusivamente por sua constituição natural, i.e., física, química etc., e por sua relação com nosso corpo orgânico, por sua vez igualmente natural, um dado bruto da natureza que antecede as relações de produção. Até mesmo Adorno tendeu – contraditoriamente, considerando sua tese sobre a falsidade das carências humanas no capitalismo tardio (cf. DE CAUX, 2020, pp. 110 ss.) – a imputar ao valor de uso uma certa extraterritorialidade em relação ao feitiço do que chama de princípio da identidade e da troca, isto é, à determinação formal do valor, dizendo, por exemplo, na *Dialética Negativa*, que o que a “terminologia marxista” chama de “valor de uso” é “aquilo que não pode ser subsumido à identidade” (ADORNO, 2009, p. 18). Lançando Marx contra Marx, Rosdolsky (1959, p. 35) já mostrava que, “se ao valor de uso corresponde um significado econômico ou não, isso só pode ser julgado a partir de sua relação com as relações sociais de produção”. Assim, Rosdolsky, que dois anos antes havia falado pela primeira vez na diferença entre um Marx esotérico e de um exotérico, mostra na prática o que significava dizer que “uma aplicação profícua da teoria de Marx só é possível se os elementos esotéricos e exotéricos dela forem mantidos separados, se soubermos como separar aquilo que é temporalmente condicionado e transitório daquilo que é imperecível no sistema de Marx” (ROSDOLSKY, 1957, p. 348). Se o valor de uso recai dentro ou fora das relações econômicas, se há nele um substrato puramente “natural”, extrassocial ou extraeconômico, e, nesse sentido, neutro em relação a finalidades sociais, isso é algo que apenas a análise respectiva das atuais relações de produção pode mostrar, e essa análise, no momento, indica, ao contrário, que um tal substrato não há: ser valor de uso é uma determinação formal da mercadoria, e sua existência é indissociada da sua contraparte contraditória, o valor. Dentre muitos caminhos abertos pelo pioneirismo de Rosdolsky, este foi fundamental para uma reavaliação do lugar da técnica na crítica da economia política marxiana na década de 1970 na Alemanha Ocidental. Juízos como o do jovem Marx, que, na *Ideologia Alemã* ainda podia afirmar que “a máquina nada tem a ver com o lucro” (MEGA2 I/5, p. 285), precisarão ser revisados ainda no espírito de manter separados um Marx esotérico de um exotérico.

III.

Para tentar indicar sem demora o problema, tomemos como exemplo a seguinte passagem do assim chamado “Fragmento das Máquinas”, excerto dos *Grundrisse* que constitui uma espécie de lugar textual privilegiado onde se inflama a polêmica acerca da avaliação da técnica no capitalismo sobretudo em relação com seus potenciais para um modo de produção emancipado do trabalho.

Se, porém, na maquinaria e em outras formas de existência material do capital fixo, como linhas de ferro etc. (...), o capital vem a dar a si próprio pela primeira vez sua forma adequada enquanto valor de uso no interior do processo produtivo, isso não significa de modo algum que esse valor de uso – a maquinaria em si – seja capital ou que sua existência enquanto maquinaria seja idêntica a sua existência enquanto capital, tão pouco quanto o ouro deixaria de ter seu valor de uso como ouro se não fosse mais *dinheiro*. A maquinaria não perde seu valor de uso quando deixa de ser capital. Do fato de que a maquinaria é a forma mais adequada do valor de uso do capital fixo não se segue em absoluto que a subsunção sob a relação social do capital seja a relação de produção última e mais adequada para a aplicação da maquinaria. (MEW 42, p. 595-6)

Pois bem, nesta passagem amada por toda espécie de prometeístas, Marx diz, agora de modo bem mais apurado, outra vez que a máquina nada tem a ver com o lucro – ainda que admitindo agora que o lucro tem sim algo a ver com a máquina. Como se sabe, a avaliação feita aqui, em 1857-58, se integra em um prognóstico de que o desenvolvimento técnico tornará o tempo de trabalho obsoleto enquanto medida do valor, de modo que “o capital trabalha, assim”, isto é, desenvolvendo as forças produtivas, “pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção”. Michael Heinrich mostrou muito bem como essa confiante conclusão de Marx deriva do fato de ele não ter ainda desenvolvido, naquele momento, o conceito de mais-valor relativo, que lhe permitiria ver com mais clareza que, ao desenvolver tecnicamente os meios de produção, “o capitalista não está interessado no valor absoluto da mercadoria, mas meramente

no mais valor contido nela e apto a ser realizado na venda” (HEINRICH, 2013, p. 212). A máquina (e o sistema técnico do modo de produção capitalista em geral, inclusive em suas figuras mais avançadas após a revolução cibernética) não carrega uma contradição explosiva capaz de derrubar o modo de produção, mas, ao contrário, uma contradição congelada que termina de estabilizá-lo e de perenizá-lo, ainda que na figura de má infinitude da queda tendencial da taxa de lucro e suas (infelizmente imbatíveis por vias apenas internas) contratendências. Esta passagem do “Fragmentos das Máquinas” não faz mais do que adiantar, portanto, a dinâmica lógico-histórica que será descrita no prefácio de *Para a crítica da economia política*: trata-se já da ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas explodirá os grilhões das relações de produção, que se tornam agora a elas inadequadas e precisam ser substituídas por outras mais livres – o que Ritsert (1988, p. 69 s.) chamou de concepção das forças produtivas como *causa sui*, e que Breuer atribuiu, seguindo a designação de Rosdolsky, ao Marx “exotérico”, que, justamente, deveria ser afastado em prol do “esotérico”.⁵ Segundo o “Fragmento das Máquinas”, o capitalismo precisa da máquina e encontra nela o seu valor de uso, isto é, o meio de produção que melhor serve à acumulação do valor, mas a máquina carregaria mais potencialidades do que aquelas aproveitadas pelo modo de produção capitalista. O capitalismo, julgado por um suposto critério inerente à própria máquina em si mesma, critério pretensamente independente das relações que a constituíram em sua estrutura e figura (mas onde encontrar esse critério?), seria, na verdade, inibidor daquelas potencialidades: a máquina precisaria de relações de produção melhores para mostrar totalmente a que veio e mostrar seu valor de uso ainda agrilhado. Os desenvolvimentos teóricos de Marx nos manuscritos subsequentes até a publicação, em 67, do livro I do *Capital*, mostrariam um outro prognóstico, decorrente de um refinamento teórico. Ainda que o próprio Marx nunca tenha revisto expressamente esses termos, Søren Mau parece estar correto quando argumenta que “ao se aprofundar em um estudo detalhado da tecnologia no início da década de 1860, no entanto, Marx mudou seus pontos de vista. Ele passou a considerar o desenvolvimento das forças produtivas como resultado das relações de produção” (Mau, 2023, p. 107). Certamente Marx poderá mais tarde dizer, como nos *Grundrisse*, que “a maquinaria não perde seu valor de uso quando deixa de ser capital”. De fato, se deixa de ser capital, ela não perde o valor de uso, mas é o seu uso social que se perde, pois deixa de estar posto socialmente o fim, a saber, o de extração de mais valor. Se, em uma série de elos de meios e fins, o fim posterior se perde (o fim da acumulação do capital), perde-se também o fim anterior que lhe servia de meio (o valor de uso para o indivíduo), ou ao menos perde-se enquanto elo daquela série teleológica. E, a não ser que creiamos que o ser humano carece de máquinas por natureza, ficamos sem critério, enquanto ainda imersos no fetiche, para dizer se elas terão uso ou não em uma sociedade pós-capitalista.⁶ O mesmo vale para todo valor de uso.

⁵ “O fato de que as forças produtivas do trabalho apareciam, sob condições capitalistas, como forças produtivas do capital, e o fato de que a inversão da relação entre trabalhador e condições de trabalho se tornou, com a maquinaria, uma ‘efetividade tecnicamente palpável’ [MEW 23, p. 446] – isso era, segundo o Marx ‘exotérico’, apenas uma aparência (*Schein*), que se devia à mistificação geral e que era típica do capitalismo completamente desenvolvido. Na verdade, não se tratava de modo algum de formas do capital: técnica e ciência, achava o Marx teórico da revolução [i.e., o exotérico], eram ‘desenvolvimentos do trabalho geral do espírito humano’ [MEW 25, p. 114], ‘a mais sólida forma de riqueza’, figuras de um ‘saber social universal’ [MEW 42, p. 446] que, sendo regulada apenas externamente pelo capital, se desenvolviam a partir do progressivo domínio da natureza pela espécie humana e criavam aquele ‘sistema de utilidade geral’, do qual “como cuja portadora a própria ciência aparece, tanto quanto todas as propriedades físicas e espirituais” [MEW 42, p. 323]. Quaisquer que sejam os seus sintomas colaterais negativos que o desenvolvimento técnico-industrial enseje para os trabalhadores, eles não derivariam da estrutura interna da maquinaria enquanto uma estrutura capitalista, mas sim de seu ‘mau uso’ [MEW 23, p. 445], sua aplicação para fins particulares” (BREUER, 1977, p. 46-7).

⁶ Como sustentou também Robert Kurz (2010, p. 163): “para tanto, não pode haver nenhum padrão abstrato e universal de seleção, o qual, de sua parte, não exibiria outra coisa que mais uma forma de fetiche. (...) não pode haver, justamente por isso, nenhum preconceito no que diz respeito a uma separação dos conteúdos em modernos e pré-modernos; nem no sentido de que os artefatos pré-modernos não poderiam ser redescobertos e novamente apropriados, nem inversamente no sentido de que os artefatos modernos, por serem capitalistas, teriam de ser rejeitados *in toto*, isto é, de que seria obrigatório fazer tábula rasa quanto a esse ponto. Todo *a priori* abstrato e universal relativo aos conteúdos, juntamente com a forma fetichista, caducou enquanto critério”.

IV.

Entre muitos desenvolvimentos teóricos nos dez anos que vão do início da redação dos manuscritos dos *Grundrisse* até a publicação do primeiro volume do *Capital*, um dos mais importantes é o das noções de subsunção formal e real do trabalho sob o capital. Subsunção, no uso lógico e filosófico geral, particularmente frequente na filosofia clássica alemã, é a abrangência de um particular na extensão de um universal. Assim, quando Marx diz que algo é subsumido ao capital, diz que este algo inicialmente externo se torna caso ou instanciação de um movimento conceitual ou lógico. Que o sujeito gramatical do verbo subsumir seja o universal, isso já o compromete com toda uma metafísica. O universal, a abstração, age, está em movimento. Ele não é simplesmente abstraído indutivamente de singulares pré-existentes, mas ele mesmo é sujeito e abrange ativamente com seu movimento real particulares que antes não possuíam suas notas características. Pois bem, “desde os manuscritos de 61-63 do Capital”, explicam os camaradas da *Endnotes*, “subsunção, para Marx, é a subsunção de particularidades do processo de trabalho sob a universalidade abstrata do processo de valorização do capital. A categoria abstrata, parece, realmente encontra um corpo para si mesma” (ENDNOTES, 2010, p. 137). Entre muitas outras coisas, o processo que Marx conceitua como subsunção real é o momento lógico no qual aquela inversão da dependência finalística indicada no início se efetua. No processo de constituição do modo de produção, o capital subsume formalmente o trabalho quando simplesmente o emprega como trabalho livre pelo contrato de trabalho. Processos de trabalho pré-existentes ocorrem agora do mesmo modo que antes, apenas sob subordinação ao capitalista e ao processo de valorização do capital. O vínculo entre processo de valorização e processo de trabalho é externo: o processo de trabalho é pressuposto, configurado antes da estipulação de finalidade do capital. Há, portanto, uma falha entre a finalidade materializada no processo de trabalho e aquela nova finalidade exterior que o processo de valorização lhe impõe, e por isso a forma de extração de mais valor é ainda precária em um sentido lógico, dando-se apenas pela extensão da jornada de trabalho – que Marx chama de mais-valor absoluto. Com o desenvolvimento da maquinaria e a emergência da grande indústria, o capital põe segundo suas carências e finalidades aquilo que ele antes encontrava como pressuposto, a saber, o processo de trabalho.

Com (...) a aplicação de ciência e maquinaria à produção imediata, (...) o modo de produção capitalista (...) agora se configura como um modo de produção sui generis [e] cria uma figura modificada da produção material. Por outro lado, essa modificação da figura material forma a base para o desenvolvimento da relação de capital, cuja figura adequada, portanto, corresponde a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. (MEGA2 II.4.1, p. 105)

Essa relação de capital adequada é a da exploração do mais-valor relativo, na qual, diminuindo o valor força de trabalho, o capital aumenta a taxa de exploração sem o limite das 24 horas de um dia.

Se na fase inicial da acumulação capitalista, a ‘autoridade prática’ do empresário capitalista ainda era necessária como uma *conditio sine qua non* para coordenar as distintas funções detalhadas em vista do objetivo único central – o aumento do montante do capital adiantado –, o capital logo começa a revolucionar esse pressuposto por assim dizer ainda arcaico e a adaptar às suas carências o processo de trabalho também em seus recursos técnicos. (BREUER, 1977, p. 40)

Em outras palavras, as finalidades do capital, que antes da subsunção real só se impunham com a ajuda do chicote do capitalista, agora se põem a si mesmas pela compulsão muda da coerção técnica. Agora há identidade entre processo de trabalho e processo de valorização, a relação não é mais exterior, mas tendencialmente interior, orgânica, pois o processo de trabalho não é pré-encontrado, mas posto pelo próprio processo de valorização. É isso que Marx já queria dizer, nos *Grundrisse*, ao afirmar que a maquinaria é a forma de capital fixo (ou melhor, segundo os seus desenvolvimentos teóricos, de capital constante) adequada ao capital. É o próprio capital que cria os objetos de uso que precisa para sua finalidade de valorização (e “a única utilidade que um objeto em geral pode ter para o capital”, diz Marx ainda também nos *Grundrisse*, “só pode ser a de conservá-lo ou de aumentá-lo” (MEW 42, p. 125), e “o inteiro processo

de produção e cada um de seus momentos, assim como o de circulação, na medida em que é considerado materialmente, é apenas meio de produção para o capital, para o qual apenas o valor existe como fim de si mesmo” (MEW 42, p. 591)). Nota-se então “em que medida o valor de uso não permanece como material pressuposto fora da economia e de sua determinação formal e em que medida ele nela entra” (MEW 42, p. 193, rodapé). “Com a subsunção real do trabalho sob o capital”, diz Stefan Breuer (1977, p. 199),

aqueilo que nos estágios iniciais do modo de produção capitalista era ainda um pressuposto para o surgimento do capital – a existência de indivíduos concretos e distintos que produzem valores de uso –, agora se tornou resultado de seu movimento. É verdade que a produção de valores de uso não foi suspensa, mas ela foi submetida a uma finalidade de um tipo totalmente outro: o valor de uso, que antes levava uma “existência extraeconômica” e era indiferente em relação à determinação formal econômica [MEW 13, p. 16], se tornou valor de uso do capital, capital em forma de não-capital, e assim não era mais aquele ‘princípio transcidente ao sistema’ (Adorno) no qual o movimento do valor tinha um limite absoluto.

As finalidades do capital – sua própria conservação, que só pode se dar com seu aumento quantitativo infinito – não existem sem meios, e é o próprio capital quem os cria para “se satisfazer” ao se reproduzir de modo ampliado. Nos *Resultados do processo de produção imediato*, manuscritos escritos entre 1863 e 1865, Marx anota que “com a produção capitalista, o valor de uso também vem a ser, portanto, pela primeira vez universalmente mediado pelo valor de troca” (MEGA2 II.4.1, p. 28). Ora, essa era justamente nossa determinação inicial sobre a mercadoria em seu aspecto teleológico: *uma mercadoria é um meio para um fim, mas que é produzido para outro fim que o seu “próprio”*. Podemos agora tirar implicações mais amplas. Isso significa, nas palavras de Hans-Dieter Bahr, que

a matéria natural dos corpos de mercadorias deve não apenas assumir a forma conforme a fins para o uso, mas também a forma conforme a fins para a troca, que, por sua vez, funciona como uma condição de possibilidade cegamente coproduzida para as formas “mais econômico-racionais”, ou seja, na produção, ela é codeterminante de modo essencial do desenvolvimento posterior de formas adequadas de valor de uso dos produtos. (BAHR, 1973, p. 64)

O meio de trabalho, i.e., de início, a ferramenta com a qual o corpo do trabalhador estabelece uma relação íntima, ao ser levado pelo capital para dentro do processo de valorização, se torna formalmente, nos termos dos *Grundrisse*, capital fixo. No caminho até a máquina, i.e., até a subsunção real, “o meio de trabalho se transforma no que diz respeito a seu valor de uso”, pois “enquanto meio imediato de trabalho, foi incorporado no processo de produção do capital e suprassumido, passando a uma formaposta pelo próprio capital e a ele correspondente” (MEW 42, p. 592). A máquina – mas não apenas ela, mas sim todo valor de uso – é *durch ihre Konstruktion zweckgemäß*, tem a finalidade do capital materializada em sua própria construção, de tal modo que a finalidade agora objetivada na coisa já “não existe na consciência do trabalhador, mas opera, por meio da maquinaria, como um poder estranho nele, como poder da própria máquina” (MEW 42, p. 593). O valor em seu processo de autovalorização, que vagava pelo mundo possuindo corpos que não eram seus, agora cria sua própria força material, seus valores de uso, isto é, os meios que servem a seus fins.⁷ Novamente nos *Resultados*:

⁷ Nesse sentido, parece que a concepção aqui esboçada escapa da crítica correta dirigida por Kornelia Hafner a Helmut Reinicke de uma “mistura descuidada de dialética e lógica da subsunção”, pois “a relação entre o valor de troca e o valor de uso não é de subsunção, mas de pressuposições e exclusões mútuas, uma relação dialética, se se quiser” (HAFNER, 1993, p. 69). Se compreendida a partir de uma lógica da posição da pressuposição, tal como esboçada por Hegel na lógica da essência e como volta a comparecer na abordagem da teologia na lógica do conceito, a noção marxiana de subsunção real não implica em uma colonização de um externo anteriormente puro e agora contaminado, mas sim na produção ativa de algo que faz as vezes do que antes era externo, mas agora posto internamente. Isso não deixa espaço para nenhum lamento sobre um valor de uso perdido. Para um tratamento do viés do problema que aparece a Hegel, cf. DE CAUX, 2021. Essa via de volta a Hegel para esclarecer problemas marxianos foi seguida por Bahr, que mostra o caráter estruturalmente falho da subsunção de meios técnicos à finalidade externa do capital. “Os processos tecnicamente objetivados de cognição, controle, realização de produtos etc. não existem sem a carência e o interesse do sujeito social na forma de condições conformes a fins. Somente no uso a técnica se realiza como um fim – mas como o valor de uso em si é apenas um meio do valor de troca, a construção técnica é sempre apenas uma conformidade externa a fins, que não pode ser suprassumida na produção: é esse progresso *ad infinitum* que cria a aparência de que a racionalidade

'Produção pela produção' – produção como fim de si mesma – é algo que ocorre com a subsunção formal do trabalho sob o capital, tão logo se torna em geral a finalidade imediata da produção produzir o maior mais-valor e em maior quantidade possível, tão logo em geral o valor de troca do produto se torna a finalidade decisiva. No entanto, essa tendência imanente à relação capitalista se realiza de modo adequado – e se torna também tecnologicamente uma condição necessária – apenas quando o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a subsunção real do trabalho sob o capital, se desenvolveu. (MEGA2 II.4.1, p. 107)

A produção pela produção: o fechamento da autotelia do capital, o movimento automático de valorização do valor como fim último e fim de si mesmo, o fim ele próprio não utilitário do capital. Aristóteles, para quem a finalidade da troca parecia necessariamente subordinada a outra finalidade ulterior, o uso “propriamente dito”, teria visto toda sua teleologia colapsar. O uso “impróprio” da troca, pensável para Aristóteles apenas como subordinado a seu uso considerado próprio, autonomizou-se e agora subordina aquele uso próprio, isto é, o consumo. O valor de uso é objetivamente meio para o fim de si mesmo do capital de valorizar-se a si próprio. “A sacada original” de Marx, segundo Breuer (1977, p. 48) novamente, é a de que “a finalidade capitalista da produção existe enquanto finalidade suprassumida na própria técnica”. A técnica encontrada sob o capitalismo “é a expressão materializada de uma forma abstrata de dominação social – a forma objetivada da dominação das pessoas por seu próprio trabalho” (Postone, 1993, p. 348), e “apesar de seu uso de termos como ‘utilização’ e ‘aplicação’ capitalista da maquinaria, Marx não considera a relação entre o capitalismo e a produção industrial como sendo extrínseca” (Postone, 1993, p. 341). É claro que as mercadorias possuem, para nós, finalidades imediatas, mas essas finalidades imediatas, numa cadeia de finalidades subordinadas semelhante àquela que, em Aristóteles, leva toda ação ao sumo bem, têm todas elas por finalidade remota o mesmo *télos* atrator, o sumo bem do capital, sua autovalorização cega. Para parafrasear Horkheimer, quem não quiser falar sobre o capitalismo deve também se calar sobre a técnica.⁸ A compreensão da especificidade da estruturação social de meios e fins sob o capitalismo é o primeiro passo para uma crítica categorial da técnica.

do sujeito, em última análise, existe apenas em uma forma objetivada como técnica. Na verdade, ainda é o sujeito socialmente dominante que realiza os valores de troca por meio dessas construções técnicas, das quais apenas emerge gradualmente o valor de uso como seu meio em sua transformação social, o processo de circulação do capital, para entrar outra vez nele como condição da reprodução em escala ampliada - como uma condição da má infinitude do progresso das conformidades a fins que permanecem externas” (BAHR, 1970, p. 46).

⁸ Um(a) parecerista anônimo(a) me fez notar com razão que, diferentemente do fascismo, que deve ser esmagado incondicionalmente, nós não queremos o fim da técnica. Isso impugnaria o paralelo com a frase original de Horkheimer (“Mas quem não quiser falar sobre o capitalismo deveria também se calar sobre o fascismo”, [Horkheimer, 1988, p. 308 s.]). Mantendo ainda assim a paráfrase, sob o risco de que a emenda fique pior do que o soneto, mas também com a esperança de que isso renda algum esclarecimento. O que a frase intenciona não é, em primeiro lugar, a ideia de que a técnica só pode ser *eliminada* com a eliminação do capitalismo, mas sim a ideia de que a técnica moderna-capitalista (visada em regra quando alguém critica abstratamente “a técnica” em geral) só pode ser *teorizada* (“quem não quiser falar sobre...”) quando se entende sua relação intrínseca e constitutiva com um modo de produção que organiza de maneira singular a teleologia na dimensão social. Se há sentido em se falar de técnica em geral e independentemente do modo de produção, certamente ela não pode ser eliminada das formas de vida humanas, e muito possivelmente ela antecede a própria espécie, estando presente elementarmente em outras espécies animais, sobretudo e certamente nos grandes primatas. O argumento aqui é justamente que, sem entender a especificidade da técnica sob o capitalismo, corremos o risco de nos bater com a técnica “em geral” – o que não faria qualquer sentido. Se aqui me refiro “à técnica”, sem qualquer adnominal, é por comodidade, já que toda a argumentação deve já deixar claro que não é de técnica em algum sentido supra-histórico que se trata.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. 2009. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ARISTÓTELES. 2019. *Política*. Edição bilíngue. 3ª. ed. Trad. e notas A. C. Amaral e C. C. Gomes. Lisboa: Vega.
- BAHR, Hans-Dieter. 1970. *Kritik der politischen Technologie: Eine Auseinandersetzung mit Herbert Marcuse und Jürgen Habermas*, Frankfurt a.M. Europäische Verlagsanstalt.
- BAHR, Hans-Dieter. 1973. Die Klassenstruktur der Maschinerie: Anmerkung zur Wertform, In: VAHRENKAMP, R (Hrsg.). *Technologie und Kapital*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- BREUER, Stefan. 1977. *Die Krise der Revolutionstheorie: Negative Vergesellschaftung und Arbeitsmetaphysik bei Herbert Marcuse*. Frankfurt a.M.: Syndikat.
- DE CAUX, Luiz Philipe. 2020. A ontologia como nova ideologia alemã: Adorno e a crítica da carência ontológica. *Síntese*, v. 47, n. 147, pp. 93-122.
- DE CAUX, Luiz Philipe. 2021. Hegel e o problema da técnica. *O que nos faz pensar*, v. 29, n. 48, pp. 83-114
- ENDNOTES. 2010. The History of Subsumption. *Endnotes 2: Misery and the Value Form*, London/Oakland, pp. 130-152.
- GIEST, Jörn. 2016. Zur Frage nach der kapitalistischen Technik: Für eine neue Debatte über die reelle Subsumtion der Produktion unter das Kapital. *Zeitschrift für kritische Sozialtheorie und Philosophie*, 3(1), 26–50.
- HAFNER, Kornelia. 1993. Gebrauchswertfetischismus. In: BEHRENS, Diethard (Hg.). *Gesellschaft und Erkenntnis: zur materialistischen Erkenntnis- und Ökonomiekritik*. Freiburg: Ça ira, pp. 59-87.
- HEINRICH, Michael. 2013. The ‘Fragment on Machines’: A Marxian Misconception in the *Grundrisse* and its Overcoming in *Capital*. In: BELLOFIORE, Ricardo; STAROSTA, Guido; THOMAS, Peter D. (eds.). *In Marx’s Laboratory: Critical Interpretations of the Grundrisse*. Leiden: Brill, pp. 197-212.
- HORKHEIMER, Max. 1988. *Gesammelte Schriften. Band 4: Schriften 1936-1941*. Frankfurt a.M.: Fischer.
- HUBIG, Christopher. 2002. *Mittel*. Bielefeld: transcript.
- KURZ, Robert. 2010. *Razão sangrenta: Ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 1956-. *Werke*. 44v. Berlin: Dietz. Citado pela sigla MEW seguida do número do volume.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 1975-. *Gesamtausgabe*. Berlin: Dietz/Akademie Verlag,. Citado pela sigla MEGA² seguida do número da seção em algarismos romanos e do número do volume em algarismos arábicos.
- MAU, Søren. 2023. *Mute Compulsion: A Marxist Theory of the Economic Power of Capital*. London: Verso.

POSTONE, Moishe. 1993. *Time, Labor, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory*. Cambridge, UK: CUP.

RITSERT, Jürgen. 1988. *Der Kampf um das Surplusprodukt: Einführung in den klassischen Klassenbegriff*. Frankfurt a.M.: Campus.

ROSDOLSKY, Roman. 1957. Der esoterische und der exoterische Marx. Zur kritischen Würdigung der Marxschen Lohntheorie I. *Arbeit und Wirtschaft*, 11. Jahrgang, Nummer. 11, pp. 348-351.

ROSDOLSKY, Roman. 1959. Der Gebrauchswert bei Marx: Eine Kritik der bisherigen Marx-Interpretation. *Kyklos*, 12 (1), 27-56.

VINCENT, Jean-Marie. 1987. *Critique du travail : Le faire et l'agir*. Paris : PUF.